



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA

RELATÓRIO ANUAL DAS ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA



**RELATÓRIO ANUAL DAS
ATIVIDADES DE AUDITORIA
INTERNA – RAINT**

Coordenadoria de
Auditoria Interna

Exercício 2022

SUMÁRIO

Apresentação

Desempenho da unidade de Auditoria Interna com relação ao Plano Anual de Auditoria – PAA 2022

a) relação entre o planejamento de auditoria e as auditorias efetivamente realizadas, apontando o(s) motivo(s) que inviabilizou(aram) a execução da(s) auditoria(s);

b) consultorias realizadas;

c) os principais resultados das avaliações.

Declaração de manutenção da independência durante a atividade de auditoria, avaliando se houve alguma restrição ao acesso completo e livre a todo e qualquer documento, registro ou informação

Principais riscos e fragilidades de controle do Tribunal, incluindo riscos de fraude, e avaliação da governança institucional

Existência ou não de sistemática e sistema para monitoramento da implementação das recomendações e dos resultados delas advindos, com avaliação dos benefícios financeiros e não financeiros decorrentes da atuação da auditoria interna

Demonstrativo do pessoal da auditoria interna com indicação das ações de capacitação, dos temas, carga horária e quantitativo de auditores capacitados

Programa de Avaliação de Qualidade da Auditoria Interna (PQ – AUD)

Apresentação

Trata-se de Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna que visa informar sobre a atuação da Coordenadoria de Auditoria Interna – CAU – durante o exercício de 2022, de forma a atender ao disposto no artigo 35 da Resolução TRE-MG n.º [1.157/2020](#), que instituiu o Estatuto de Auditoria Interna no âmbito deste Tribunal, e em consonância com o art. 5.º da Resolução CNJ n.º [308/2020](#), que organiza as atividades de

auditoria interna do Poder Judiciário, sob a forma de sistema, e cria a Comissão Permanente de Auditoria.

A CAU tem suas atribuições descritas na Resolução TRE-MG n.º [1.072](#), de 21 de março de 2018 (Regulamento da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais), com nova redação dada pela Resolução TRE-MG n.º [1.182/2021](#). A Coordenadoria é composta pelas 03 (três) Seções abaixo:

- SEÇÃO DE AUDITORIA DE PESSOAL – SAUDP –, a qual compete realizar auditorias na área de Pessoal, bem como convalidar e encaminhar ao Tribunal de Contas da União atos relativos a admissão, aposentadoria e pensão;
- SEÇÃO DE AUDITORIA DE REGULARIDADE – SAURE –, responsável por realizar auditorias de regularidade, visando comprovar a legalidade e legitimidade dos atos e fatos administrativos, avaliar a gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, zelar pela correta aplicação dos recursos públicos e pelo cumprimento das determinações do Tribunal de Contas da União e do Conselho Nacional de Justiça, no âmbito de sua atuação, propor recomendações cabíveis, monitorando o seu atendimento; e
- SEÇÃO DE AUDITORIA OPERACIONAL – SAOPE –, que realiza auditorias operacionais para fornecer à Administração do Tribunal uma avaliação independente e objetiva dos processos de governança, de gestão de riscos e de controles internos administrativos, apontando alternativas para a melhoria do desempenho institucional.

Por meio da publicação da Resolução n.º [309/2020](#), o Conselho Nacional de Justiça – CNJ – determinou, art. 32, que todas as unidades jurisdicionais vinculadas àquele Conselho, nas quais este TRE-MG se inclui, elaborassem Plano de Auditoria de Longo Prazo – PALP – e Plano Anual de Auditoria – PAA –, preferencialmente baseado em riscos, para determinar as prioridades da auditoria, de forma consistente com objetivos e metas institucionais da entidade auditada.

Visando a dar cumprimento ao comando do CNJ, previsto também no art. 18 da Resolução TRE-MG n.º [1.157/2020](#), constituiu-se Grupo de Trabalho formado por servidores representantes das Seções que compõem a CAU (SEI n.º [0008220-42.2021.6.13.8000](#)) objetivando realizar a elaboração do planejamento de longo prazo – 2022/2025 – e anual das atividades de auditoria interna para o exercício de 2022.

Importante frisar que se tratou do sexto ano consecutivo em que a iniciativa de constituição de Grupo de Estudos/Trabalho vem sendo adotada pela CAU na perspectiva de identificar possíveis pontos de melhoria no planejamento das atividades, exigindo tempo e esforços

conjuntos das unidades da Coordenadoria. Para o PAA 2022, deu-se continuidade à coleta da percepção dos gestores, que corresponde a consulta realizada junto à Alta Administração com a finalidade de obter a sua percepção dos riscos do ambiente e da organização, além de conhecer as suas expectativas em relação à atividade de auditoria interna, constituindo-se em boa prática (item 2010 das Normas Internacionais de Auditoria e KPA 3.6 – Planos de auditoria baseados em riscos do IACM – Modelo de Capacidade de Auditoria Interna).

As atividades desenvolvidas pelo Grupo culminaram na atualização da Matriz de Auditoria Baseada em Riscos – ABR – 2022/2025, conforme demonstra o documento n.º [2157243](#) (SEI n.º [0008220-42.2021.6.13.8000](#)). A referida Matriz serviu de subsídio para o alinhamento entre temas a serem propostos no planejamento anual (PAA 2022) e os macroprocessos de trabalho identificados como de maior risco, tratados no SEI n.º [0012049-31.2021.6.13.8000](#), relativo ao planejamento de longo prazo desta Coordenadoria – PALP 2022/2025 –, sendo ambos elaborados em observância às variáveis exigidas pelo art. 18, § 4.º da Resolução TRE-MG n.º [1.157/2020](#), quais sejam: materialidade, relevância e criticidade.

Relativamente ao planejamento elaborado para 2022, ressalta-se o atendimento à demanda imposta pelo Tribunal de Contas da União – TCU –, por meio da publicação, em 30 de abril de 2020, da Instrução Normativa n.º [84](#), que estabeleceu normas para a organização e a apresentação das contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal e para o julgamento realizado pelo TCU, nos termos do art. 7º da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992. Em seu art. 12, a IN estabelece que as unidades de controle interno atuarão nos trabalhos de asseguarção relacionados às prestações de contas dos responsáveis e certificarão as contas, de acordo com as normas técnicas de auditoria, mediante auditoria integrada financeira e de conformidade.

Assim, as atividades executadas pela Coordenadoria observaram planejamento definido em Plano de Auditoria de Longo Prazo – PALP 2022/2025 – (SEI n.º [0012049-31.2021.6.13.8000](#)), bem como Plano Anual de Auditoria – PAA – para a unidade (SEI n.º [0012046-76.2021.6.13.8000](#)), relativo ao exercício de 2022, ambos devidamente aprovados pela Presidência desta Casa, documentos n.º [2208311](#) e [2221499](#), respectivamente, conforme previsto nos incisos I e II do §1.º do art. 18 do Estatuto de Auditoria Interna do Tribunal, bem como incisos I e II do §1.º do art. 32 da Resolução CNJ n.º [309/2020](#).

Atendendo-se ao disposto no § 3.º do art. 18 do Estatuto, bem como § 2.º do art. 32 da Resolução CNJ n.º [309/2020](#), o PAA 2022 foi disponibilizado na página "*Transparência e Prestação de Contas*" do TRE-MG na internet, em *Auditoria/ Planos de Auditoria Interna*, bem como publicado na intranet na aba *Gestão/Auditoria Interna*, em *Planejamento de Atividades de Auditoria Interna*.

Desempenho da unidade de Auditoria Interna com relação ao Plano Anual de Auditoria – PAA 2022

a) relação entre o planejamento de auditoria e as auditorias efetivamente realizadas, apontando o(s) motivo(s) que inviabilizou(aram) a execução da(s) auditoria(s);

Considerando-se o planejamento aprovado para o exercício de 2022, relaciona-se na sequência as atividades previstas no PAA (SEI n.º [0012046-76.2021.6.13.8000](#)), seguidas das ações executadas por esta Coordenadoria:

1.1 Verificação do relatório de inventário anual de bens permanentes, observando-se a existência, os registros e a regularização de possíveis inconformidades: análise realizada submetida à Presidência, documentos n.º [2365400](#) e [2418185](#) – SEI n.º [0010329-29.2021.6.13.8000](#);

1.2 Verificação do relatório de inventário anual de bens de consumo, observando-se a existência, os registros e a regularização de possíveis inconformidades: análise realizada submetida à Presidência, documentos n.º [2537098](#) e [2572106](#) – SEI n.º [0010328-44.2021.6.13.8000](#);

1.3 Monitoramento de auditoria realizada para avaliação dos procedimentos licitatórios, de dispensas e de inexigibilidades no exercício de 2015 – PAD n.º 1700741/2017: atividade concluída mediante relatório de monitoramento encaminhado à Presidência em 11/10/2022, conforme documentos n.º [3415697](#) e [3420134](#) – SEI n.º [0004535-27.2021.6.13.8000](#);

1.4 Monitoramento da auditoria para avaliação dos procedimentos /controles relativos ao acompanhamento e fiscalização das contratações de serviços continuados com cessão de mão de obra, no âmbito do TRE-MG – Exercício 2015 – PAD n.º 1614919/2016: atividade concluída mediante relatório de monitoramento encaminhado à Presidência em 16/12/2022 – documento n.º [3669497](#) e [3670692](#) – SEI n.º [0006427-39.2019.6.13.8000](#);

2.1 Concessão e pagamento de diárias e passagens

aéreas: os trabalhos foram prorrogados para 2023, conforme autorizado pela Presidência, PAA/2023, nos autos do SEI n.º [0018242-28.2022.6.13.8000](#);

3.1 Monitoramento de auditoria realizada para avaliação das Contratações de Soluções de TI ocorridas no período de junho/2015 a junho/2016 – PAD n.º 1615548/2016: os trabalhos foram prorrogados para 2023, conforme autorizado pela Presidência, PAA/2023, nos autos do SEI n.º [0018242-28.2022.6.13.8000](#);

3.2 Monitoramento de auditoria realizada para avaliação das Contratações de Soluções de TIC do TRE-MG – SEI n.º 0015141-51.2020.6.13.8000: os trabalhos foram prorrogados para 2023, conforme autorizado pela Presidência, PAA/2023, nos autos do SEI n.º [0018242-28.2022.6.13.8000](#);

4.1 Monitoramento da auditoria sobre os pagamentos de auxílio transporte intermunicipal e interestadual efetuados no exercício de 2011: análise efetuada e relatório de monitoramento encaminhado à Presidência ainda em 15/12/2021, conforme documentos n.º [2257700](#), [2269507](#) e [2279839](#) – SEI n.º [0008222-12.2021.6.13.8000](#) –, embora a atividade tenha constado no PAA aprovado para 2022;

4.2 Pagamento de serviço extraordinário (em pecúnia ou créditos em bancos de horas), no exercício de 2018: os trabalhos foram prorrogados para 2023, conforme autorizado pela Presidência, PAA/2023, nos autos do SEI n.º [0018242-28.2022.6.13.8000](#);

4.3 Monitoramento semestral dos planos de ação apresentados em decorrência de auditoria realizada em 2017, relativa à avaliação da prestação de assistência médica realizada no TRE-MG – SEI n.º [0005682-59.2019.6.13.8000](#):

- 6.º ciclo de acompanhamento: relatório encaminhado à Presidência em 10/02/2022 (documentos n.º [2432972](#) e [2449489](#));
- 7.º ciclo de acompanhamento: relatório encaminhado à Presidência em 07/10/2022 (documentos n.º [3397912](#) e [3405313](#)).

A continuidade do monitoramento foi prevista no PAA/2023;

4.4 Exame dos atos cadastrados no e-Pessoal – Sistema de Atos de Pessoal, com emissão de parecer sobre a sua

legalidade: por força da Instrução Normativa TCU n.º [78/2018](#), todos os atos de admissão, aposentadoria e pensão cadastrados no sistema e-Pessoal, no exercício de 2022, foram submetidos à análise da auditoria interna quanto à legalidade e regularidade, emitindo-se parecer sobre os mesmos, encaminhando-os ao TCU;

4.5 Monitoramento quadrimestral dos Planos de Ação referentes às recomendações feitas em auditoria realizada nas Folhas de Pagamento relativas ao período de 01/01/2013 até 23/07/2014 – SEI n.º [0005776-70.2020.6.13.8000](#):

- 5.º ciclo de acompanhamento, conforme relatório apresentado à Presidência em 24/08/2022, documentos n.º [3073807](#), [3241251](#) e [3248255](#);
- 6.º ciclo de acompanhamento, conforme relatório apresentado à Presidência em 16/12/2022, conforme documentos n.º [3648679](#), [3670065](#) e [3672179](#).

A continuidade do monitoramento foi prevista no PAA/2023;

5.1 Monitoramento de auditoria realizada para avaliação da contratação do plano de saúde dos servidores do TRE-MG: atividade concluída mediante relatório de monitoramento encaminhado à Presidência em 26/10/2022 – documentos n.º [3468941](#) e [3481447](#) do SEI n.º [0005555-24.2019.6.13.8000](#);

6.1 Monitoramento de auditoria realizada para avaliação da implementação das sugestões contidas em laudo técnico emitido pela fundação Christiano Ottoni, visando à melhoria da estrutura do Centro de apoio – PAD n.º 1515551/2015: atividade concluída mediante relatório de monitoramento apresentado à Presidência em 29/11/2022 – documentos n.º [3593845](#) e [3598827](#) do SEI n.º [0000043-26.2020.6.13.8000](#);

7.1 Monitoramento de auditoria sobre prestação de serviços de telefonia no âmbito do TRE-MG, relativa aos exercícios de 2010/2013 – PAD n.º 1508409/2015: atividade concluída mediante relatório de monitoramento encaminhado à Presidência em 26/10/2022 – documentos n.º [3657357](#) e [3661315](#) do SEI n.º [0009365-02.2022.6.13.8000](#);

8.1 Monitoramento de auditoria realizada para avaliação da prestação de serviços de manutenção predial corretiva em imóveis utilizados pela Justiça Eleitoral – PAD n.º 1703354/2017: atividade concluída mediante relatório de

monitoramento encaminhado à Presidência em 16/8/2022, consoante documento n.º [3196884](#) e [3225698](#) do SEI n.º [0003488-18.2021.6.13.8000](#);

9.1 Análise do Relatório de Gestão Fiscal– 3º Quadrimestre/2021: análises concluídas junto ao SEI n.º [0000635-02.2022.6.13.8000](#), documentos n.ºs [2369778](#) e [2369486](#). Referidas avaliações contemplaram o Demonstrativo de Despesas com Pessoal – Anexo I, o Demonstrativo das disponibilidades de Caixa e dos Restos a Pagar – Anexo V, bem como os dados a eles relativos constantes do Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal – Anexo VI –, relativamente ao 3º quadrimestre/2021;

9.2 Análise do Relatório de Gestão Fiscal:

- **SEI n.º [0006975-59.2022.6.13.8000](#)**, referente ao RGF do 1º quadrimestre de 2022: análise constante do documento n.º [2961688](#), de 25/05/2022;
- **SEI n.º [0014950-35.2022.6.13.8000](#)**, referente ao RGF do 2º quadrimestre de 2022: análise constante do documento n.º [3351950](#), de 22/09/2022;

10.1 Avaliação do processo de atualização dos produtos e componentes de *software* utilizados no âmbito do TRE-MG: os trabalhos foram prorrogados para 2023, conforme autorizado pela Presidência, PAA/2023, nos autos do SEI n.º [0018242-28.2022.6.13.8000](#);

10.2 Monitoramento semestral dos planos de ação apresentados em decorrência de auditoria realizada em 2018, relativa à avaliação do sistema de gestão da segurança de informação do TRE-MG – SEI n.º [0004994-63.2020.6.13.8000](#):

- 7º acompanhamento: relatório de monitoramento encaminhado à Presidência em 08/07/2022 (documentos n.º [3088648](#) e [3099279](#));
- 8º acompanhamento: relatório de monitoramento encaminhado à Presidência em 16/12/2022 (documentos n.º [3671810](#) e [3672921](#)).

A continuidade do monitoramento foi prevista no PAA/2023;

11.1 Avaliação da Governança Institucional do TRE-MG: relatório conclusivo de auditoria encaminhado à Presidência em 08/06/2022, conforme documentos n.º [2346757](#), [3021237](#) e [3218454](#) – SEI n.º [0000461-90.2022.6.13.8000](#) -;

11.2 Monitoramento de auditoria realizada em 2015, relativa à avaliação das contratações com dispensa de licitação fundamentadas no art. 24, I e II, da Lei 8.666/93 – Janeiro a Agosto de 2014: os trabalhos foram prorrogados para 2023, conforme autorizado pela Presidência, PAA/2023, nos autos do SEI n.º [0018242-28.2022.6.13.8000](#);

11.3 Avaliação sobre o acesso às informações no âmbito do TRE-MG: os trabalhos foram prorrogados para 2023, conforme autorizado pela Presidência, PAA/2023, nos autos do SEI n.º [0018242-28.2022.6.13.8000](#);

11.4 Monitoramento de auditoria realizada em 2015, relativa à avaliação da estrutura de controle interno da Secretaria do Tribunal – planos de ação CAU, SGP e CGE: os trabalhos foram prorrogados para 2023, conforme autorizado pela Presidência, PAA/2023, nos autos do SEI n.º [0018242-28.2022.6.13.8000](#);

11.5 Auditoria e Certificação Anual das Contas – Exercício 2022 – IN TCU n.º 84/2020 – SEI n.º [0015010-08.2022.6.13.8000](#): relatório preliminar de comunicação de distorções encaminhado à Presidência, documento n.º [3610084](#), por meio do MEMORANDO n.º 045/2022 – CAU (documento n.º [3610989](#)). Referida atividade teve início em agosto/2022 com a fase de planejamento. As fases de execução e de comunicação possuem previsão de término para o exercício de 2022 (março/abril), mediante a emissão de Certificado e Relatório de auditoria;

12.1 Avaliação da gestão de projetos do TRE-MG: os trabalhos foram prorrogados para 2023, conforme autorizado pela Presidência, PAA/2023, nos autos do SEI n.º [0018242-28.2022.6.13.8000](#);

12.2 Monitoramento de auditoria realizada em 2018, relativa aos indicadores do planejamento estratégico do TRE-MG: levantamento preliminar analisado pela CGE em 25/08/2021, documento n.º [1944957](#), SEI n.º [0004861-55.2019.6.13.8000](#). Os trabalhos foram prorrogados para 2023, conforme autorizado pela Presidência, PAA/2023, nos autos do SEI n.º [0018242-28.2022.6.13.8000](#);

13.1 e 13.2 Auditoria Integrada TSE – Exercício 2021 – Auditoria nas Contas Anuais: avaliação concluída mediante a emissão de Certificado – documento n.º [2732570](#) – nos autos do SEI n.º

[0006173-95.2021.6.13.8000](#), devidamente publicados na página de "[Transparência e Prestação de Contas](#)" do TRE-MG na internet;

13.3 Auditoria integrada sobre Segurança da Informação: relatório conclusivo de auditoria encaminhado à Presidência em 31/08/2022, conforme documentos n.º [3273038](#) e [3273906](#), constantes do processo SEI n.º [0012632-79.2022.6.13.8000](#);

14.1 Auditoria Coordenada pelo CNJ – Auditoria de conformidade da Plataforma Digital do Poder Judiciário: a Secretaria de Auditoria do CNJ comunicou por meio do OFÍCIO-CIRCULAR n.º 14/2022 – COSI, documento n.º [2874759](#), que o Plenário do CNJ aprovou o adiamento da ação coordenada de auditoria na Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br, apenas para a Justiça Eleitoral, para abril de 2023, em virtude da realização do pleito eleitoral de 2022.

Ainda em 2022, outros trabalhos foram entregues embora não previstos no PAA 2022, dentre eles:

Monitoramento da auditoria realizada para avaliação da prestação de serviços de manutenção predial corretiva em imóveis utilizados pela Justiça Eleitoral – PAD n.º 1504995/2015 – concluído mediante relatório de monitoramento encaminhado à Presidência em 08/07/2022, consoante documentos n.º [2258765](#), [3096907](#) e [3098884](#) do SEI n.º [0003487-33.2021.6.13.8000](#);

Levantamento de riscos relacionados às atividades de concessão de direitos e pagamento de salário e benefícios a servidores e ex-servidores do TRE-MG, bem como pensionistas, para fins de elaboração do PAA: emissão de Relatório em 15/12/2022, conforme documento n.º [0020044-61.2022.6.13.8000](#);

Acompanhamento do cumprimento das recomendações relativas à auditoria sobre a administração dos materiais de consumo no almoxarifado – PAD n.º 1509456/2015: informação de acompanhamento remetida aos gestores para providências, documentos n.º [3331444](#), em 19/09/2022, SEI n.º [0005853-16.2019.6.13.8000](#);

Acompanhamento do cumprimento das determinações da Presidência relativas à auditoria da avaliação da administração da segurança interna na secretaria do TRE-MG – PAD n.º 1604193/2016: informação de acompanhamento remetida aos gestores para providências, conforme documentos n.º [3004834](#), em 10/06/2022, SEI n.º [0001937-66.2022.6.13.8000](#);

Análise do Ofício 61947/2022-TCU/Seproc, com a Notificação do Acórdão 2606/2022 – TCU – Plenário, proferido no processo TC-027.953/2022-0 (Denúncia), SEI n.º [0019263-39.2022.6.13.8000](#) sob o n.º [3628159](#). Tal avaliação, realizada em conjunto pela SAOPE e SAURE, versou sobre o Pregão Eletrônico 63/2022/TRE-MG, realizado para contratação de empresa para prestar serviços relacionados à solução de Inteligência de Ameaças Cibernéticas. O objetivo da análise foi avaliar o implemento das condições de aceitabilidade da solução objeto do certame e a verificação de sua conformidade com as especificações técnicas editalícias.

Conforme justificativas devidamente apresentadas à Presidência quando da aprovação do PAA 2023 (documento n.º [3589753](#), item 2 das Notas de Esclarecimentos, as atividades planejadas para o exercício de 2022 sofreram o impacto de fatores não previstos quando da elaboração do planejamento inicial, como por exemplo:

- a perda de servidores pela equipe da SAOPE, nomeados para o exercício de funções comissionadas no recém-criado Núcleo Estratégico de Integridade e *Compliance*, atual Seção de Gestão da Integridade, *Compliance* e Governança (SICOM/CGG/SGG);

- a continuidade da pandemia de COVID-19, gerando suspensão do expediente presencial dos servidores e impactando as análises, muitas vezes prejudicadas pela diminuição significativa das licenças remotas disponibilizadas aos setores;

- a demanda de realização da auditoria e certificação das contas do exercício de 2021 de forma integrada junto ao TSE, que demandou horas de treinamento e esforço conjunto das equipes para sua realização dentro dos prazos estipulados;

- a implantação do Programa de Avaliação de Qualidade da Auditoria Interna – PQ-AUD – do TRE-MG, estabelecido pela Resolução n.º [1.201](#), de 18/2/2021, concorrendo com a execução de atividades de auditoria em andamento;

- as frequentes demandas dos setores auditados em solicitar prazos dilatados ou a prorrogação dos já definidos, seja para apresentar informações ou questionários, ou se manifestar em relação a relatórios preliminares;

- a rotatividade de servidores na unidade, seja em função de aposentadorias ou relocação, situação em que servidores experientes são lotados em outros setores da Casa, ou até mesmo em outras Seções da Coordenadoria para remediar a perda de quadro funcional, levando a experiência e a capacitação recebidas, e ocasião em que servidores menos experientes demandarão tempo de treinamento e maior tempo de execução das auditorias;

- na área de pessoal, a emissão de pareceres nos termos da IN TCU n.º 78/2018, acrescida pela devolução no sistema e-Pessoal

de atos julgados ilegais pelo TCU. A IN exige a pronta análise dos autos pela unidade de auditoria interna, dentro dos prazos definidos pelo normativo, sem possibilidade de prévio planejamento por parte da Casa, o que prejudica as demais auditorias em andamento;

- a ocorrência de licenças médicas entre os servidores responsáveis pelos trabalhos, sem a possibilidade de substituição, impactando o planejamento inicial;

- a participação de servidores em treinamentos não inicialmente previstos para o exercício.

Acrescente-se ainda às justificativas acima já devidamente apresentadas à Presidência que a execução das atividades, em 2022, também foi impactada:

- no segundo semestre de 2022, pelo início do preenchimento do sistema do DFT – Dimensionamento da Força de Trabalho –, que demandou tempo de aprendizagem e utilização do sistema e inserção das informações no mesmo;

- pelo auxílio de servidores em força tarefa para realização das eleições/2022, ocasião em que os esforços se concentram na realização do pleito;

- pelo acúmulo pela atual Chefia da SAOPE de atividades operacionais e de assistência à gestão do setor exercidas anteriormente, com as novas atribuições gerenciais, atenuado parcialmente com a nomeação de servidora anteriormente lotada na SAURE para exercer a função de assistente no setor, crescendo-se o fato de que as iniciativas de recrutamento interno de servidores para o setor, desde 2021, ainda não resultaram em êxito, conforme pode ser comprovado nos autos do processo SEI n.º 0017355-44.2022.6.13.8000;

- pela demanda imposta pela [Instrução Normativa n.º 84/2020](#) do Tribunal de Contas da União – TCU de realização de Auditoria e Certificação das Contas do exercício de 2022 deste Regional, que continuou exigindo um esforço conjunto das unidades da CAU, visto o tempo exíguo para sua realização nos moldes estabelecidos pelo TCU, visto que seu escopo envolve tema ainda pouco explorado na Administração Pública, demandando estudo e análise para sua execução.

O atendimento a outras demandas extra planejamento também concorreu com a execução das atividades previstas em planejamento. Quais sejam:

- PQ-AUD – Programa de Avaliação de Qualidade da Auditoria Interna – análise de viabilidade das ferramentas tecnológicas disponíveis no TRE-MG para implementação dos formulários e da rotina de cálculo do indicador sem a necessidade de abertura de projeto pela

- STI; concepção e elaboração de protótipo de formulário (QACA3);
- AUDITSE: atuação, junto à STI e ao TSE, para colocação de versão do sistema disponível para uso em ambiente de teste, conforme SEI n.º [0002397-87.2021.6.13.8000](#);
 - SHAREPOINT: criação do site do plano de ação da CAU para acompanhamento do planejamento e da execução dos trabalhos no âmbito da Coordenadoria, inventários de achados e recomendações oriundos desses trabalhos;
 - criação de painel na ferramenta Power BI, para acompanhamento dos trabalhos realizados pelas unidades da CAU.

Importante realçar que as atividades não concluídas em 2022 foram replanejadas para o exercício subsequente – PAA 2023 (SEI n.º [0018242-28.2022.6.13.8000](#)). Em função desses fatores imprevistos acima mencionados, as ações de monitoramento que não puderam ser finalizadas, e já se encontravam em andamento, foram mantidas e serão continuadas no planejamento de 2023 com o fito de se alavancar levantamento do grau de atendimento das determinações expedidas pela Presidência.

Esclareça-se que, com a revisão do Planejamento Estratégico 2016-2021, elaborou-se o Planejamento Estratégico do TRE-MG – PETRE 2021-2026. O processo de revisão resultou na aprovação, pela Corte do Tribunal, do novo PETRE 2021-2026, conforme [Resolução TRE n.º 1.183](#), de 1º de julho de 2021 e [Portaria n.º 75](#), de 1º de julho de 2021, da Diretoria-Geral.

Destaque-se que com a publicação supramencionada da Portaria DG n.º 75/2021, que dispõe sobre os novos indicadores e metas que integram o Planejamento Estratégico do TRE-MG para o período 2021/2026, aprovado pela Resolução TRE-MG n.º 1.183, de 1º de julho de 2021, a contribuição da Auditoria Interna para a governança institucional será mensurada por meio do Indicador 5.3: Índice integrado de governança e gestão públicas (IGG), que mede o índice integrado de governança e gestão públicas (IGG) levantado pelo TCU, visando mensurar a situação da governança e gestão geral no TRE-MG e estimular a adoção de boas práticas nesse âmbito de atuação. A CAU é uma das unidades envolvidas no Levantamento em questão e tem plano de ação elaborado com iniciativas que visam o aprimoramento de pontos indicados. O plano de ação pode ser acompanhado no *link* abaixo:

http://projetos.TRE-MG.gov.br/pwa/Plano_de_acao_da_cau_outras_acoes/Lists/Tarefas1/Aes%20de%20Auditoria.aspx

b) consultorias realizadas;

Embora não previstos no planejamento anual aprovado, houve a participação de servidores desta Coordenadoria na prestação de serviços de consultoria em 2022, nos termos previstos no art. 27 da Resolução TRE-MG n.º [1.157/2020](#):

- Portaria DG n.º 136/2021: designa servidores para comporem comissão encarregada de estudar a adoção dos chamados "Entendimentos Administrativos sobre legislação de pessoal", no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, conforme SEI n.º [0006054-71.2020.6.13.8000](#);
- Portaria DG n.º 123/2021: designação para integrar comissão de trabalho responsável por elaborar o Código de Ética e de Conduta Profissional dos Servidores do TRE-MG, conforme SEI n.º [0005984-54.2020.6.13.8000](#);
- Portaria DG n.º 201/2021: designação para integrar comissão de trabalho responsável por elaborar normativo referente aos procedimentos de controle e responsabilização administrativa de Agentes Públicos, em complemento ao Código de Ética e Conduta do TRE-MG, conforme SEI n.º [0013514-75.2021.6.13.8000](#).

c) os principais resultados das avaliações.

Relativamente aos trabalhos de avaliação devidamente desenvolvidos pela Coordenadoria, atendendo ao PAA 2022 – SEI n.º 0013721-11.2020.6.13.8000 –, e encaminhados à Presidência, destacam-se:

– SEI n.º [0006173-95.2021.6.13.8000](#) – documento [2732570](#): Auditoria Integrada TSE – Exercício 2021 – Auditoria na Contas Anuais (item 11.5 do PAA 2022)

A auditoria teve por objetivo obter segurança razoável para expressar conclusões sobre se as demonstrações contábeis, notadamente, o balanço patrimonial e a demonstração das variações patrimoniais findas em dezembro/2021, apresentavam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, financeira e orçamentária do TRE-MG em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas ao setor público, e se as operações, transações ou os atos de gestão relevantes subjacentes estão em conformidade, em todos os aspectos relevantes, com as leis e regulamentos aplicáveis e com os princípios de administração pública que regem a gestão financeira responsável e a conduta de agentes públicos.

Na avaliação foram detectadas distorções relevantes de valores, de classificação, de apresentação ou de divulgação nas demonstrações contábeis, o que levou a opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis. Ainda, sobre a avaliação efetuada, não foram detectados desvios de conformidade significativos nas operações, atos de gestão ou transações subjacentes, com base nas evidências de auditoria obtidas. As conclusões havidas levaram à opinião limpa sobre conformidade com leis e regulamentos aplicáveis.

Cumpramos ressaltar que situações que caracterizaram distorções relevantes ou os desvios de conformidade, com reflexo nas demonstrações contábeis, que ensejaram a modificação da opinião da auditoria das contas, foram reportadas às áreas para ciência, manifestação e providências. Da mesma forma, foram observadas deficiências de controle interno que não constituíram deficiências significativas, porém, conforme disposto nos itens 10(b) c/c A22 da NBC TA 265, considerou-se oportuno dar ciência às áreas responsáveis visando a adoção de providências cabíveis.

As distorções não relevantes, as não conformidades não relevantes e as deficiências de controle interno não significativas são elencadas a seguir e estão seguidas das respectivas recomendações.

I – VALORES:

- **(valor justo não quantificado de forma precisa pela equipe) – AUSÊNCIA DE ATUALIZAÇÃO/REAValiação DO VALOR MONETÁRIO DOS BENS IMÓVEIS PERTENCENTES AO TRE-MG**

Recomendação proposta:

Recomendou-se à Secretaria de Gestão Administrativa, Secretaria de Gestão de Serviços e Secretaria de Orçamento e Finanças com o objetivo de:

- a) elencar e distribuir as responsabilidades e procedimentos pela atualização e reavaliação dos bens imóveis do TRE-MG, atualizando o Regulamento da Secretaria, se for o caso;
- b) solicitar, junto ao Tribunal Superior Eleitoral orientações sobre os procedimentos atinentes à reavaliação e/ou atualização dos bens imóveis do Tribunal;
- c) solicitar, junto à Secretaria de Patrimônio da União – SPU, orientações sobre os procedimentos em comento;
- d) promover capacitação de servidores da Secretaria do Tribunal a respeito dos temas relacionados aos imóveis;
- e) levantar cronograma para a correção dos valores dos imóveis do TRE-MG após a devida orientação junto à SPU e TSE;
- f) atribuir as responsabilidades pela gestão das atualizações / reavaliações a determinada(s) unidade(s) administrativa(s), caso entenda necessário;
- g) informar em notas explicativas no(s) ano(s) em que forem efetivadas as atualizações / reavaliações.

- **(valor justo não quantificado de forma precisa pela equipe) – AUSÊNCIA DE ATUALIZAÇÃO/REAVALIAÇÃO DOS BENS MÓVEIS PERTENCENTES AO TRE-MG**

Recomendação proposta:

Recomendou-se à Secretaria de Gestão Administrativa e Secretaria de Orçamento e Finanças para que a Seção de Gestão de Patrimônio – SEGEP e a Coordenadoria Contábil e Financeira – CCF realizem pesquisa junto ao TSE e aos demais

Órgãos da Justiça Eleitoral, visando concluir sobre a viabilidade de implantar a mensuração dos bens móveis do TRE-MG pelo Modelo da Reavaliação.

- **R\$1.860.216,94 – RECONHECIMENTO DE DESPESAS EM DESACORDO COM O REGIME DE COMPETÊNCIA**

Recomendação proposta:

Recomendou-se à Secretaria de Orçamento e Finanças para que:

- a) atue junto às demais áreas envolvidas no processo de liquidação da despesa (a exemplo dos setores requisitantes e de gestão das contratações da SGA, SGS, STI, SGP e demais secretarias/coordenadorias), para que se estabeleça rotina que possibilite o reconhecimento das obrigações/despesas no período correspondente à ocorrência de seu fato gerador, observando-se o regime de competência estabelecido para as obrigações/despesas, independentemente do recebimento de notas fiscais ou disponibilidade orçamentária, evitando-se essa ocorrência no final do exercício de 2022 e seguintes;
- b) realize *benchmarking* junto ao TSE, a outros regionais e a outros órgãos públicos, visando conhecer os procedimentos que vêm sendo adotados para adequação dos registros às normas contábeis.

- **R\$7.766,56 – REGISTRAR DEPRECIÇÃO DE BENS MÓVEIS EM DESACORDO COM O VALOR RESIDUAL**

Recomendação proposta:

Recomendou-se à Secretaria de Gestão Administrativa e à Secretaria de Orçamento e Finanças para que, respectivamente, a Seção de Gestão de Patrimônio – SEGEP e o Núcleo Setorial Contábil – NSECO:

- a) procedam à conciliação analítica mensal, por amostragem, dos valores de depreciação lançados pelo sistema ASIWEB e controles individuais de bens ou instituem outro controle que melhor se aplique à situação em comento;
- b) adotem parâmetros uniformes quanto à aplicação do valor residual de bens do Tribunal, conforme determinado na norma pertinente.

II – CLASSIFICAÇÃO, APRESENTAÇÃO OU DIVULGAÇÃO:

- **R\$ 9.491.386,50 – AUSÊNCIA DE SEGREGAÇÃO DE VALORES ENTRE TERRENOS E BENFEITORIAS, NO SIAFI, ATINENTES AOS IMÓVEIS REGISTRADOS NO SPIUNET**

Recomendação proposta:

Recomendou-se à Secretaria de Orçamento e Finanças para que:

- a. solicite, junto ao Tribunal Superior Eleitoral, orientações complementares, caso necessário, sobre os procedimentos atinentes à segregação de terrenos e benfeitorias nos bens imóveis do Tribunal;
- b. publique os valores de terrenos e benfeitorias em notas explicativas, até que seja efetivada a contabilização de forma individualizada.

- **AUSÊNCIA DE DIVULGAÇÃO EM NOTAS EXPLICATIVAS DA CONCILIAÇÃO DO VALOR CONTÁBIL NO INÍCIO E NO FINAL DO PERÍODO DEMONSTRANDO AS ADIÇÕES, ALIENAÇÕES E BAIXAS PARA CADA CLASSE DE ATIVO IMOBILIZADO**

Recomendação proposta:

Recomendou-se à Secretaria de Orçamento e Finanças para que o Núcleo Setorial Contábil – NSECO proceda à divulgação em notas explicativas da discriminação, para cada classe de ativo imobilizado, da conciliação do valor contábil no início e no final do período, demonstrando as adições, alienações e baixas, conforme sugerido no item 5.9. da Parte II do MCASP como boa prática de divulgação ou apresentação, se for o caso, das razões de sua inaplicabilidade.

III. DESVIOS DE CONFORMIDADE:

- **IMÓVEL EM REGULARIZAÇÃO NO SPIUNET**

Recomendação proposta:

Recomendou-se à Secretaria de Gestão Administrativa para que solicite orientações, junto à Secretaria de Patrimônio da União – SPU, visando agilizar o andamento do processo de regularização do imóvel em comento a fim de permitir a sua integração ao SPIUnet (A-08);

IV – DEFICIÊNCIAS DE CONTROLE INTERNO NÃO SIGNIFICATIVAS:

- **APLICAÇÃO DE PERCENTUAIS DE RETENÇÕES EM DESACORDO COM RAT INDICADO NA GFIP (1, 2, 3) OU SEM OBSERVÂNCIA AO ENQUADRAMENTO DA EMPRESA AO SIMPLES NACIONAL**

Recomendação proposta:

Recomendou-se à Secretaria de Gestão Administrativa para que Seção de Contratos da Capital e Terceirização – SCONT:

- a. proceda à retenção nos percentuais correspondentes à classificação do RAT

indicado na guia GFIP e/ou enquadramento no SIMPLES, atentando-se para eventuais alterações desse percentual ao longo da contratação;

- b. efetue os ajustes, quando cabível e/ou altere os percentuais de retenção a partir da constatação de equívoco na adoção dos percentuais utilizados, informando a memória de cálculo utilizada para os ajustes, quando for o caso;
- c. mantenha os registros anteriores da planilha de retenção para fins de rastreabilidade do histórico desse procedimento e valores retidos ao longo da contratação.

- **RETENÇÃO REALIZADA SOBRE SALÁRIO REPACTUADO ACRESCIDO DA DIFERENÇA DE REPACTUAÇÃO NOS MESES QUE SE SEGUIRAM AO PAGAMENTO DESSA DIFERENÇA**

Recomendação proposta:

Recomendou-se à Secretaria de Gestão Administrativa que Seção de Contratos da Capital e Terceirização – SCONT:

- a. revise os valores dos salários utilizados para fins de retenção de verbas trabalhistas, previdenciárias e multa de FGTS, evitando-se eventuais equívocos nos valores retidos;
- b. efetue os ajustes, a partir da constatação de equívoco, quando cabível, informando a memória de cálculo utilizada para os ajustes, quando for o caso;
- c. mantenha os registros anteriores da planilha de retenção para fins de rastreabilidade do histórico desse procedimento e valores retidos ao longo da contratação.

- **ALÍQUOTA REFERENTE À MULTA DO FGTS RETIDA SOB PERCENTUAL INCORRETO**

Recomendação proposta:

1. Recomendou-se à Secretaria de Orçamento e Finanças para que a Seção de Programação e Execução Financeira – SEFIN confira os valores a serem retidos na planilha, bem como as informações repassadas pela SCONT antes de promover as retenções, possibilitando a correta retenção e os ajustes propostos de forma tempestiva.
2. Recomendou-se à Secretaria de Gestão Administrativa para que a Seção de Contratos da Capital e Terceirização – SCONT:
 - a. proceda à retenção da alíquota referente ao FGTS no percentual correspondente a 3,44%;
 - b. efetue os ajustes, a partir da alteração da alíquota (observando a vigência contratual), apresentando memória de cálculo;
 - c. mantenha os registros anteriores da planilha de retenção para fins de rastreabilidade do histórico desse procedimento e valores retidos ao longo da contratação;
 - d. estabeleça/revise a rotina das retenções na conta vinculada de forma a permitir a identificação de eventuais inconsistências de forma tempestiva.

- **AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO POR MEIO DE MEMÓRIA DE CÁLCULO PARA OS SALÁRIOS UTILIZADOS COMO BASE PARA RETENÇÃO DAS VERBAS E ENCARGOS SOCIAIS, LIMITANDO/DIFICULTANDO A CONFERÊNCIA DESSES SALÁRIOS E DA RETENÇÃO SOBRE ELES EFETUADA**

Recomendação proposta:

1. Recomendou-se à Secretaria de Gestão Administrativa e à Secretaria de Orçamento e Finanças para que os setores envolvidos na gestão da conta vinculada revisem o documento “Procedimentos/Rotinas – Conta/Vinculada” constante do SEI n.º [0006209-11.2019.6.13.8000](#), de forma que seja incluída a previsão de inclusão de memória

de cálculo para quaisquer ajustes/mudanças efetuados nos dados da planilha de retenção (percentuais, salários, valores retidos, etc), visando evidenciar eventuais alterações ocorridas ao longo da contratação, bem assim possibilitar a conferência dos cálculos e demais parâmetros adotados nos diversos procedimentos relacionados à conta vinculada.

2. Recomendou-se à Secretaria de Gestão Administrativa para que a Seção de Contratos da Capital e Terceirização – SCONT insira, doravante, memória de cálculo e/ou apresente esclarecimentos acerca das razões que ensejaram a alteração do salário dos empregados (base para retenção das verbas trabalhistas em conta vinculada) em valores diversos dos constantes nas convenções coletivas correspondentes a cada contrato, possibilitando a verificação dos valores retidos.

- **R\$213.781,41 – INCOMPLETUDE DE DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA CONTRATUALMENTE PARA INÍCIO OU PARA LIQUIDAÇÃO DE SERVIÇOS**

Recomendação proposta:

1. Recomendou-se à Secretaria de Gestão Administrativa para que a Seção de Contratos da Capital e Terceirização – SCONT:
 - a. oriente a Coordenadoria de Comunicação Social – CCS, a Coordenadoria Executiva da Ouvidoria – CEO, a Coordenadoria de Seções – COS, a Escola Judiciária Eleitoral – EJE e a Comissão de Acessibilidade e Inclusão, e o atual Núcleo de Acessibilidade e Apoio aos Cartórios Eleitorais, para que solicitem aos fiscais que procedam à juntada aos autos da ordem de serviço emitida para solicitação dos serviços objeto do contrato n.º 130/2020, visto que a prestação de serviços só poderá ocorrer a partir do envio desse documento à contratada;

- b. oriente o Núcleo de Segurança Institucional – NSEIS para que os fiscais/gestores procedam à juntada de toda a documentação exigida contratualmente para a liquidação e realização do pagamento da prestação de serviços.
2. Recomendou-se à Secretaria de Gestão de Serviços – SGS, para que:
- a. a Seção de Manutenção da Capital e da Região Metropolitana – SEMAP promova a juntada de toda documentação contratual exigível antes de começar a execução do serviço, a partir de janeiro de 2022, nas contratações de manutenção predial dos imóveis da capital e região metropolitana;
 - b. a Seção de Engenharia e Gestão Imobiliária – SEGIM e a Seção de Manutenção da Capital e da Região Metropolitana – SEMAP aprimorem os procedimentos de acompanhamento e fiscalização em relação às contratações que exijam a emissão das Ordens de Serviço para o início da execução da prestação de serviços.

- **ROTINA DE ANÁLISE, POR AMOSTRAGEM, DA DOCUMENTAÇÃO TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA DOS CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO COM CESSÃO DE MÃO DE OBRA DEMANDANDO REVISÃO**

Recomendação proposta:

Recomendou-se à Secretaria de Gestão Administrativa para que a Seção de Contratos da Capital e Terceirização – SCONT:

- a. revise os critérios que definem a periodicidade para o envio dos processos para análise por amostragem, considerando a especificidade de cada contratação, possibilitando o exame de todos os contratos em cada exercício;

- b. adeque a rotina de análise, visando o alcance da verificação da documentação apresentada em cada ano da execução contratual, evitando-se períodos descobertos, possibilitando mitigar o risco de responsabilidade subsidiária da Administração;
- c. avalie a inclusão de novos servidores para realização da análise da documentação trabalhista/previdenciária, visto o volume de contratos e a abrangência da análise efetuada.

– R\$2.086,55 – PAGAMENTO INTEGRAL DE GRATIFICAÇÃO MENSAL DE NATUREZA PRÓ-LABORE À PROMOTORA DESIGNADA PARA EXERCER FUNÇÕES ELEITORAIS DURANTE O USUFRUTO DE COMPENSAÇÕES NO SEU ÓRGÃO DE ORIGEM

Recomendação proposta:

Recomendou-se à Secretaria de Gestão de Pessoas para que:

6.1. adéque a sua rotina de análise, visando o maior alcance da verificação dos atestados de frequência apresentados pela Procuradoria Regional Eleitoral, para evitar que sejam efetuados pagamentos da gratificação eleitoral de natureza pró-labore aos Promotores de Justiça nos períodos de afastamento por motivo de férias, recessos, licenças, suspensão de expediente forense, compensações ou quaisquer outros, de qualquer natureza, no órgão de origem ou no Tribunal Regional Eleitoral (A-16);

6.2. regularize os registros no sistema FreqWeb das ausências de marcação de ponto identificadas no período compreendido entre 1º/1/2020 e 18/3/2020, e observem em ocorrências futuras, de forma a manter tempestivo e fidedigno o assentamento da frequência dos servidores, procedendo-se:

6.2.1. ao abono de ponto, nos casos em que a ausência de marcação tenha ocorrido por problemas técnicos do sistema eletrônico de marcação de

ponto ou por outros motivos, nos quais a marcação de ponto tenha sido dispensada pela autoridade competente (A-04 do item II do Monitoramento da Auditoria Financeira de 2020);

6.2.2. ao desconto, no saldo de banco de horas ou em folha de pagamento, das faltas injustificadas por parte do servidor no referido período (A-04 do item II do Monitoramento da Auditoria Financeira de 2020).

- SEI n.º [0012632-79.2022.6.13.8000](#) - documento n.º [3268277](#): Auditoria Integrada – Avaliação do processo de gestão de segurança da informação

O trabalho foi realizado em cumprimento à Resolução n.º 23.500/2016/TSE, ao Plano de Auditoria de Longo Prazo das Auditorias Integradas (PALP), aprovado pela Portaria n.º 761/2021/TSE, e ao Plano Anual de Auditoria previsto para o exercício de 2022, aprovado pela Presidência conforme processo SEI n.º [0012046-76.2021.6.13.8000](#).

Foram evidenciados 13 (treze) achados de auditoria que resultaram em 17 (dezessete) propostas de recomendação apresentadas à Presidência.

O relatório foi classificado como restrito no sistema SEI por tratar de assuntos relacionados à segurança da informação do TRE-MG, seguindo a classificação dada pelas unidades auditadas a parcela relevante das informações coletadas para elaborá-lo. Tais assuntos abrangem vulnerabilidades de mecanismos de controle de acesso a sistemas e outras recomendações de aprimoramento em matéria de controles internos de SI, podendo ser enquadrados no art. 23 da Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). A íntegra do relatório conclusivo de auditoria e suas recomendações deve ser acessada nos respectivos autos.

- SEI n.º [0000461-90.2022.6.13.8000](#), documento SEI n.º [2346757](#) – Avaliação da governança institucional do TRE-MG

O trabalho foi realizado em cumprimento ao Plano Anual de Auditoria previsto para o exercício de 2022, aprovado pela Presidência deste Tribunal (SEI n.º 0012046-76.2021.6.13.8000), dando continuidade aos planejamentos de 2015 (PAD n.º 1417913/2014), de 2016 (PAD n.º 1514732/2015), de 2017 (PAD n.º 1614762/2016), de 2018 (PAD n.º 1714398/2017), de 2019 (PAD n.º 1816418/2018), de

2020 (SEI n.º [0004030-07.2019.6.13.8000](#)) e de 2021 (SEI n.º [0013721-11.2020.6.13.8000](#)).

Foram evidenciados 5 (cinco) achados de auditoria que resultaram em 5 (cinco) propostas de recomendação apresentadas à Presidência, a saber:

97. A Seção de Auditoria Operacional, no uso de suas atribuições nos termos dos arts. 10 e 24 do Estatuto de Auditora Interna do Tribunal, aprovado pela Resolução n. 1.157, de 15/10/2020, submete os autos à consideração superior, recomendando à d. Presidência que adote as razões aqui expendidas e que, ao final, determine à Diretoria-Geral providências junto às áreas a seguir relacionadas para que apresentem documentação que comprove as providências já adotadas e/ou plano de ação contendo as datas previstas para a implementação das recomendações indicadas a seguir:

I) Secretaria de Gestão de Pessoas para:

a) instituir o sistema de avaliação de desempenho para os membros da Administração Executiva, contemplando:

a.1) indicadores vinculados ao alcance da estratégia organizacional, assegurando a publicidade de seus resultados (A-01);

a.2) a identificação das necessidades individuais de treinamento e de desenvolvimento, vinculado ao alcance dos objetivos e das metas organizacionais (A-02);

b) implementar processo de seleção para a ocupação de funções e de cargos de natureza gerencial, assegurando a avaliação dos perfis de competência dos candidatos, a transparência e a concorrência (A-03);

c) definir mandatos para os gestores que exercem função associada a decisões críticas de negócio (A-05).

II) Escola Judiciária Eleitoral para:

a) assegurar que as necessidades de capacitação e de desenvolvimento identificadas na avaliação de

desempenho sejam consideradas e priorizadas no planejamento anual de capacitação dos membros da Administração Executiva do Tribunal (A-02).

III) Comitê de Integridade, a ser criado nos termos da Resolução CNJ n.º 410/2021, para:

a) instituir política de prevenção de conflito de interesses, podendo ser utilizada como referência normativa a Lei de Conflito de Interesses (Lei n. 12.813/2013) e, como boas práticas, as orientações da Controladoria-Geral da União, que deverá contemplar os seguintes aspectos (A-04):

a.1) definição das situações que configuram conflito de interesses durante e após o exercício do cargo no TRE-MG;

a.2) definição dos cargos mais suscetíveis a conflito de interesses, cujo exercício proporcione acesso a informação privilegiada;

a.3) definição dos impedimentos posteriores ao exercício do cargo;

a.4) instituição de canais de denúncia adequados e suficientes, além da Ouvidoria, para a comunicação dos casos de conflito de interesses e desvios éticos;

a.5) avaliação da possibilidade de admissão da denúncia anônima, para o melhor desempenho dos canais de denúncia;

a.6) previsão em normativo de que não haverá retaliação aos que denunciarem, de boa-fé, casos de conflito de interesses e demais irregularidades, nem aos responsáveis pela apuração das denúncias;

a.7) definição de comissão/setor responsável para avaliação e prevenção de conflito de interesses, bem como para recebimento de consultas acerca da interpretação das normas que regulam a matéria.

A Presidência do Tribunal, no despacho de n.º [3218454](#) (06/09/2022), acolheu 3 (três) das 5 (cinco) recomendações feitas, determinando providências quanto à:

a)1.a: Instituir o sistema de avaliação de desempenho para os membros da Administração Executiva;

b)2.a: assegurar que as necessidades de capacitação e de desenvolvimento identificadas na avaliação de desempenho sejam consideradas e priorizadas no planejamento anual de capacitação dos membros da Administração Executiva do Tribunal;

c)3.a: Instituir política de prevenção de conflito de interesses.

Relativamente aos trabalhos de monitoramento/acompanhamento desenvolvidos pela Coordenadoria atendendo ao PAA 2022 – SEI n.º 0013721-11.2020.6.13.8000 – devidamente enviados à Presidência para conhecimento, cumpre destacar:

**– SEI n.º [0005682-59.2019.6.13.8000](#) –
MONITORAMENTO SEMESTRAL DOS PLANOS DE AÇÃO
RELATIVOS À AVALIAÇÃO NA PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA
MÉDICO-ODONTOLÓGICA**

Este monitoramento tem o objetivo de atender à determinação da Presidência do Tribunal, nos termos do documento n.º 122314/2018, de 29/5/2018, PAD n.º 1708270/2018 e documento n.º [0212933](#) (fl. 179) do SEI n.º [0005682-59.2019.6.13.8000](#).

Das 28 (vinte e oito) determinações feitas face a relatório da auditoria da avaliação da prestação de serviços médico-odontológicos no Tribunal, documento PAD n.º 122314/2018, 12 (doze) foram consideradas cumpridas e 16 (dezesseis) estão em cumprimento, conforme relatórios de monitoramento. Os resultados mais relevantes identificados foram:

1. Instituição da Política de Atenção à Saúde e do Comitê Gestor Local da Saúde.
2. Elaboração e divulgação, na Intranet, de textos informativos sobre saúde bucal.
3. Criação do Catálogo de Serviços de Saúde e de Atenção Psicossocial do TRE-MG.
4. Criação do espaço "Sua Saúde" na Intranet, contendo catálogo de serviços e material informativo.
5. Adoção de sistema de agendamento parametrizado de forma a facilitar o acesso à assistência odontológica e possibilitar tratamento isonômico aos usuários.

6. Instituição de indicadores operacionais para o processo de assistência odontológica.
7. Publicações periódicas na intranet sobre os exames periódicos.
8. Instituição do termo de formalização de recusa de participação nos exames periódicos
9. Indicadores definidos após o mapeamento realizado em parceria com a CGE
10. Espaço "Sua Saúde" na intranet contém as informações sobre a assistência odontológica prestada aos beneficiários.
11. Publicação no SIAD da Portaria 71/2020/DG, que trata dos serviços prestados pela CAS.
12. Reformas na estrutura física da Sameo, viabilizando a obtenção de alvará da Vigilância Sanitária Municipal.

No exercício de 2022, os ciclos de monitoramentos semestrais da avaliação da prestação de assistência médico-odontológica não foram objeto de novas recomendações e geraram impacto nas atividades, devido ao acompanhamento dos planos de ação ou das medidas adotadas pelos gestores para saneamento das fragilidades apontadas na auditoria, conforme detalhado abaixo:

- 6º ciclo de acompanhamento: análise encaminhada à Presidência em 10/02/2022 (documentos n.º [2410825](#), [2432972](#) e [2449489](#));
- 7º ciclo de acompanhamento: análise encaminhada à Presidência em 07/10/2022 (documentos n.º [3375249](#), [3397912](#) e [3405313](#)).

Importa frisar que não houve progresso no volume de determinações cumpridas durante o exercício de 2022, conforme pode ser constatado comparando-se os relatórios relativos ao quinto e sétimo acompanhamentos realizados.

Foi prevista a continuidade dos monitoramentos no PAA/2023.

**- SEI n.º [0004994-63.2020.6.13.8000](#) -
MONITORAMENTO SEMESTRAL DOS PLANOS DE AÇÃO
APRESENTADOS EM DECORRÊNCIA DE AUDITORIA REALIZADA
EM 2018, RELATIVA À AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA
SEGURANÇA DE INFORMAÇÃO DO TRE-MG**

Este monitoramento tem o objetivo de atender à determinação da Presidência do Tribunal, nos termos do documento n.º

144205/2018, de 28/06/2018, PAD n.º 1805618/2018 e documento n.º [0565499](#) (fls. 92/94) do SEI n.º [0004994-63.2020.6.13.8000](#).

Das 24 (vinte e quatro) determinações feitas face a relatório de auditoria da avaliação do sistema de gestão de segurança da informação do TRE-MG, documento PAD n.º 092317/2018, 15 (quinze) foram consideradas cumpridas, 8 (oito) estão em cumprimento e 1 (uma) foi substituída, conforme relatórios de monitoramento apresentados.

Os resultados mais relevantes identificados nos monitoramentos foram:

1. Publicação da Portaria DG 28/2019, de 18/03/2019, que dispõe sobre a Gestão de Riscos de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC – no âmbito da Justiça Eleitoral de Minas Gerais;
2. Criação da Equipe de Resposta a Incidentes de Segurança da Informação (ETIR), ainda que seus membros não estejam sob o regime de dedicação exclusiva;
3. Nomeação do Gestor de Segurança da Informação do TRE-MG, por meio da Portaria n.º 186/2018/PRE;
4. Criação de painel de riscos, disponibilizado na intranet;
5. Publicação de informativos sobre segurança da informação na Intranet;
6. Envio periódico de e-mails institucionais sobre segurança da informação para os magistrados, servidores e colaboradores terceirizados do Tribunal;
7. Apresentação de mensagem na tela de bloqueio dos computadores do TRE-MG com mensagem de responsabilização do usuário;
8. Os informativos "Por Dentro da Segurança da Informação" estão sendo veiculados mensalmente, por e-mail, e disponíveis para consulta na intranet;
9. O titular da Presidência do TRE-MG foi incluído na Comissão de Segurança da Informação, conforme Portaria n.º 184/2018/PRE;
10. Registro de incidentes de segurança da informação na plataforma Sharepoint do TRE-MG;
11. Foi definido o fluxo de tratamento de incidentes de segurança. Na prática, o processo já está em execução para notificação da ETIR e consequente tratamento dos incidentes e o fluxo registrado no SEI n.º 0002399-57.2021.6.13.8000;
12. Revisão da metodologia do indicador estratégico n.º 22;
13. Incremento da oferta de cursos sobre segurança da informação aos servidores da STI;
14. Foram disponibilizadas informações aos servidores, na intranet, para orientação sobre medidas de segurança da informação;
15. O tema foi incluído no Encontro de Estudos Eleitorais-Eleições 2020, destinado a juízes eleitorais;
16. Foi acrescentado módulo no curso de Formação Básica dos Juízes Eleitorais para tratamento do tema da Segurança da Informação;

17. O Encontro de Estudos Eleitorais destinado aos magistrados foi replanejado para acontecer por meio de oficinas virtuais, e contou com aproximadamente 290 juízes capacitados. Uma das oficinas do curso foi a de Segurança da Informação.

Em 2022, os monitoramentos semestrais da avaliação do sistema de gestão de segurança da informação não foram objeto de novas recomendações e geraram impacto nas atividades do setor, devido ao acompanhamento dos planos de ação ou das medidas adotadas pelos gestores para saneamento das fragilidades apontadas nas auditorias, conforme detalhado abaixo:

- 7.º acompanhamento: análise efetuada e relatório encaminhado à Presidência em 08/07/2022 (documentos n.ºs [3085069](#), [3088648](#) e [3099279](#));
- 8.º acompanhamento: análise efetuada e relatório encaminhado à Presidência em 16/12/2022 (documentos n.ºs [3666155](#), [3671810](#) e [3672921](#)).

Foi prevista a continuidade dos monitoramentos no PAA/2023.

– SEI n.º [0005776-70.2020.6.13.8000](#):
**MONITORAMENTO QUADRIMESTRAL DO PLANO DE AÇÃO
REFERENTES ÀS RECOMENDAÇÕES FEITAS EM AUDITORIA
REALIZADA NAS FOLHAS DE PAGAMENTO RELATIVAS AO
PERÍODO DE 01/01/2013 ATÉ 23/07/2014**

Durante o exercício de 2022 foram realizados o 5º e o 6º Ciclos de Acompanhamento, conforme Relatórios juntados aos documentos n.ºs [3073807](#) e [3648679](#) em 23/08/2022 e 16/12/2022, respectivamente.

– SEI n.º [0005853-16.2019.6.13.8000](#) –
**ACOMPANHAMENTO DO CUMPRIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DA
PRESIDÊNCIA RELATIVAS À AUDITORIA SOBRE A
ADMINISTRAÇÃO DOS MATERIAIS DE CONSUMO NO
ALMOXARIFADO – (PAD n.º 1509456/2015)**

Com base nas informações prestadas pelos gestores, foram analisadas as medidas adotadas em cumprimento às determinações da Presidência, conforme reportado no documento SEI n.º 3278959 em 16/09/2022.

Dentre 9 (nove) determinações que estão sendo acompanhadas 6 (seis) foram consideradas cumpridas e 3 (três) estão pendentes de cumprimento.

Não há previsão de monitoramento deste trabalho no PAA 2023. No entanto, a realização de novo monitoramento será analisada quando da elaboração do PAA 2024.

- SEI n.º [0001937-66.2022.6.13.8000](#) - ACOMPANHAMENTO DO CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES DA PRESIDÊNCIA RELATIVAS À AUDITORIA SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DA SEGURANÇA INTERNA NA SECRETARIA DO TRE-MG - (PAD n.º 1604193/2016)

Considerando as informações prestadas pelos gestores, foram analisadas as medidas adotadas em cumprimento às determinações da Presidência, conforme reportado no documento SEI n.º 2796630 em 01/06/2022.

Das 35 determinações que foram monitoradas: 10 (dez) foram consideradas cumpridas; 6 (seis) em cumprimento, 8 (oito) pendentes de evidenciação, 3 (três) não cumpridas, em 7 (sete) os riscos foram assumidos pelo gestor e em 01 (uma) houve a perda do objeto.

O processo foi encaminhado ao setor responsável para continuidade das providências necessárias ao saneamento das fragilidades que foram detectadas na auditoria realizada em 2010, anteriormente monitorada em 2014.

- SEI n.º [0004535-27.2021.6.13.8000](#) (documento n.º [2238026](#)) - Monitoramento de auditoria realizada para avaliação dos procedimentos licitatórios, de dispensas e de inexigibilidades no exercício de 2015 - PAD n.º 1700741/2017:

Reportou-se à Presidência - PRE o atendimento de todas as recomendações pelos setores envolvidos.

- SEI n.º [0006427-39.2019.6.13.8000](#) (documento n.º [3132826](#)) - Monitoramento da auditoria para avaliação dos procedimentos/controles relativos ao acompanhamento e fiscalização das contratações de serviços continuados com cessão de mão de obra, no âmbito do TRE-MG - Exercício 2015 - PAD n.º 1614919/2016

Reportou-se à Presidência o atendimento das recomendações em sua completude relativamente aos itens 5.1 e 5.4. Houve perda de objeto quanto ao item 5.5. As recomendações 5.2 e 5.3 restaram pendentes de implementação, e o item 5.6 como não atendido.

- SEI n.º [0005555-24.2019.6.13.8000](#) (documento n.º [3224565](#)) - Monitoramento da auditoria realizada para

avaliação da contratação do plano de saúde dos servidores do TRE-MG

Reportou-se à Presidência o grau de atendimentos às recomendações, a saber: itens 62.1, alíneas "f" e "g", 62.3 "c.1" e 62.4 "b" atendidas parcialmente; e itens 62.1 "c" e 62.3 "c.2" não atendidos. Os demais itens foram atendidos em sua completude.

– SEI n.º [0000043-26.2020.6.13.8000](#), (documento n.º [3455778](#)) – Monitoramento da auditoria realizada para avaliação da implementação das sugestões contidas em laudo técnico emitido pela fundação Christiano Ottoni, visando à melhoria da estrutura do Centro de apoio – PAD n.º 1515551/2015

Reportou-se à Presidência – PRE o atendimento das recomendações 5.1.1 e 5.1.2 pelos setores envolvidos e a perda do objeto quanto aos itens 5.2.1 e 5.2.2.

– SEI n.º [0009365-02.2022.6.13.8000](#) (documento n.º [3191279](#)) – Monitoramento de auditoria sobre prestação de serviços de telefonia no âmbito do TRE-MG, relativo aos exercícios de 2010/2013 – PAD n.º 1508409/2015

Reportou-se à Presidência – PRE que as recomendações foram atendidas em sua completude pelos setores envolvidos, exceto quanto à recomendação 6.1.10 avaliada como não atendida, bem como quanto aos itens 6.1.4 e 6.2.1 em que houve perda do objeto.

– SEI n.º [0003488-18.2021.6.13.8000](#) (documento n.º [2252090](#)) – Monitoramento da auditoria realizada para avaliação da prestação de serviços de manutenção predial corretiva em imóveis utilizados pela Justiça Eleitoral – PAD n.º 1703354/2017

Reportou-se à Presidência – PRE que as recomendações foram atendidas em sua completude pelos setores envolvidos, exceto quanto aos itens 5.1.3, 5.1.14 e 5.2.1 que se encontram em atendimento e, portanto, permanecem pendentes de implementação, bem como quanto ao item 5.1.5 em que houve perda do objeto.

– SEI n.º [0003487-33.2021.6.13.8000](#) (documento n.º [2258765](#)) – Monitoramento da auditoria realizada para avaliação da prestação de serviços de manutenção predial corretiva em imóveis utilizados pela Justiça Eleitoral – PAD n.º 1504995/2015

Reportou-se à Presidência – PRE o atendimento de todas as recomendações pelos setores envolvidos.

Declaração de manutenção da independência durante a atividade de auditoria, avaliando se houve alguma restrição ao acesso completo e livre a todo e qualquer documento, registro ou informação

No decorrer das atividades de auditoria foi mantida a independência dos auditores, não havendo nenhuma restrição ao acesso completo e livre a todo e qualquer documento, registro ou informação, bem como não havendo violação da independência no decorrer dos trabalhos desenvolvidos no exercício de 2022.

Principais riscos e fragilidades de controle do Tribunal, incluindo riscos de fraude, e avaliação da governança institucional

Não foram realizadas avaliações dos riscos e das fragilidades de controles relativos à fraude no exercício de 2022.

Quanto à avaliação da Governança Institucional do TRE-MG, o relatório conclusivo foi encaminhado à Presidência em 08/06/2022: SEI n.º [0000461-90.2022.6.13.8000](#).

Os principais achados foram relacionados a:

Achado A-01: Não é realizada avaliação de desempenho dos membros da Administração Executiva com base em indicadores e metas de desempenho previamente definidos.

Achado A-02: As necessidades individuais de treinamento e desenvolvimento de competências dos membros da Administração Executiva não são consideradas no planejamento de capacitação.

Achado A-03: Não há processo de seleção de gestores orientado por competências.

Achado A-04: Necessidade de aprimoramento de normas e de mecanismos de controle para prevenir ou impedir eventual conflito de interesses nas ações e decisões de membros da Administração Executiva.

Achado A-05: Ausência de definição de mandatos e de rotatividade para os membros da Administração Executiva e para aqueles que exercem função associada a decisões críticas de negócio.

A Presidência do Tribunal, no despacho de n.º [3218454](#) (06/09/2022), acolheu 3 (três) das 5 (cinco) recomendações propostas pela auditoria interna, determinando providências quanto à:

- a) 1.a: Instituir o sistema de avaliação de desempenho para os membros da Administração Executiva;
- b) 2.a: assegurar que as necessidades de capacitação e de desenvolvimento identificadas na avaliação de desempenho sejam consideradas e priorizadas no planejamento anual de capacitação dos membros da Administração Executiva do Tribunal;
- c) 3.a: Instituir política de prevenção de conflito de interesses.

Foram apresentados os planos de ação elaborados pelas áreas e serão previstas ações de monitoramento para os próximos exercícios.

[Voltar para sumário](#)

Existência ou não de sistemática e sistema para monitoramento da implementação das recomendações e dos resultados delas advindos, com avaliação dos benefícios financeiros e não financeiros decorrentes da atuação da auditoria interna

Os achados decorrentes das avaliações realizadas pela auditoria interna são preliminarmente encaminhados aos gestores envolvidos por meio de relatório de achados. A manifestação prévia e

formal dos gestores é comentada em relatório conclusivo a ser enviado à Presidência do Tribunal com recomendações que visam o saneamento das ocorrências detectadas.

A determinação de implementação das recomendações é feita pela Presidência caso sejam acolhidas as propostas constantes do relatório conclusivo da auditoria interna, o qual é enviado à Diretoria-Geral para ciência do teor e adoção de providências voltadas ao atendimento da determinação junto às áreas, seja apresentando documentação que comprove as medidas já implementadas e/ou plano de ação contendo as datas previstas para a concretização das recomendações ali indicadas.

Nesse sentido, a Diretoria-Geral, após tomar conhecimento do relatório conclusivo, efetua a remessa às áreas para ciência e providências quanto ao atendimento da determinação. Em alguns casos, os gestores informam sobre as providências adotadas, ou mesmo sobre as ações que serão implementadas visando dar cumprimento ao que foi recomendado.

Após a manifestação dos setores, os autos são encaminhados à auditoria interna para ciência das providências adotadas e/ou solicitação dos planos de ação a serem apresentados. As ações futuras de monitoramento deverão ser previstas em planejamento anual da CAU na medida da disponibilidade interna de recursos das Seções.

A cada monitoramento realizado serão solicitadas informações e envio de documentos que evidenciem a verificação do atendimento às recomendações, gerando-se ao final das análises relatório de monitoramento a ser encaminhado à Presidência.

Deu-se continuidade ao uso do programa Sharepoint, iniciado em 2019, como ferramenta para monitoramento da implementação das recomendações e resultados delas advindos em trabalhos da SAOPE. Desde então os planos de ação para atendimento às recomendações têm sido monitorados no Project Web Application (PWA). Vários ciclos de monitoramentos de planos de ação mantidos no Sharepoint foram realizados e se evidenciou a maturidade da solução empregada, a qual também foi bem aceita pelos destinatários das recomendações, que consideraram o controle via PWA de mais simples manejo do que a utilização de planilhas ou documentos eletrônicos para esse fim.

Na SAURE e SAUDP, as recomendações e o grau de atendimento vêm sendo incluídos no Sharepoint, que também está sendo utilizado para registros das atividades já realizadas a partir de

meados de 2022. A alimentação dessa ferramenta será feita paulatinamente em 2023.

Visando alavancar o monitoramento dos resultados dos trabalhos realizados, bem como os benefícios gerados com as recomendações implementadas, a CAU insiste em que as rotinas ou procedimentos de acompanhamento e de implementação das recomendações da auditoria interna pelos gestores sejam aprimorados com a disseminação do uso da ferramenta Sharepoint por todos os setores da Coordenadoria de forma padronizada, para que se tenha uma visão da qualidade e dos ganhos dos trabalhos de auditoria realizados e o retorno desses para o Tribunal.

Boa parte, contudo, dos trabalhos de monitoramento é feita ainda de forma manual em planilhas setoriais, sem sistema de monitoramento informatizado, ainda incipiente no âmbito da CAU.

Não há contabilização/catalogação dos benefícios financeiros e não financeiros advindos da implementação das recomendações propostas. Não obstante, observa-se a melhoria de controles internos em processos de trabalho auditados, aperfeiçoamento da gestão de riscos pelos gestores, a revisão de normativos, a elaboração de cartilhas/orientações/roteiros de análise, entre outros, e o aprimoramento da governança corporativa.

É certo que a adoção de sistema informatizado trará automatização a todas as etapas do processo de auditoria resultando na padronização dos procedimentos, desde o plano de trabalho até o relatório final e o posterior monitoramento.

No decorrer do exercício de 2022, o TSE não logrou êxito em oficializar o sistema informatizado disponibilizado a toda Justiça Eleitoral, sistema AudiTSE, fruto de parceria firmada entre o TSE e o Banco Central do Brasil. Houve problemas de implantação da ferramenta junto a alguns TRE's, dentre eles o de Minas Gerais.

Diante dessa realidade, a CAU vem buscando implementar e padronizar novos controles visando a melhoria desse procedimento em toda a Coordenadoria.

[Voltar para sumário](#)

Demonstrativo do pessoal da auditoria interna com indicação das ações de capacitação, dos temas, carga horária e quantitativo de auditores capacitados

Considerando as disposições do Estatuto de Auditoria Interna do TRE-MG, Resolução n.º [1.157/2020](#), o § 4.º do art. 9.º prevê a elaboração de Plano Anual de Capacitação de Auditoria – PAC-Aud – para desenvolver as competências técnicas e gerenciais necessárias à formação do auditor. Assim, foram previstas ações de capacitação para a Auditoria Interna no Plano Anual de Trabalho – PAT deste Tribunal em 2022.

Prescreve o § 5.º do art. 9.º do Estatuto que deverá ser previsto mínimo de 40 (quarenta) horas de capacitação para cada auditor, incluindo-se o titular da unidade de Auditoria Interna, sendo consideradas a disponibilidade orçamentária para o exercício e a averbação de treinamentos realizados pelos auditores sem custos para o Tribunal.

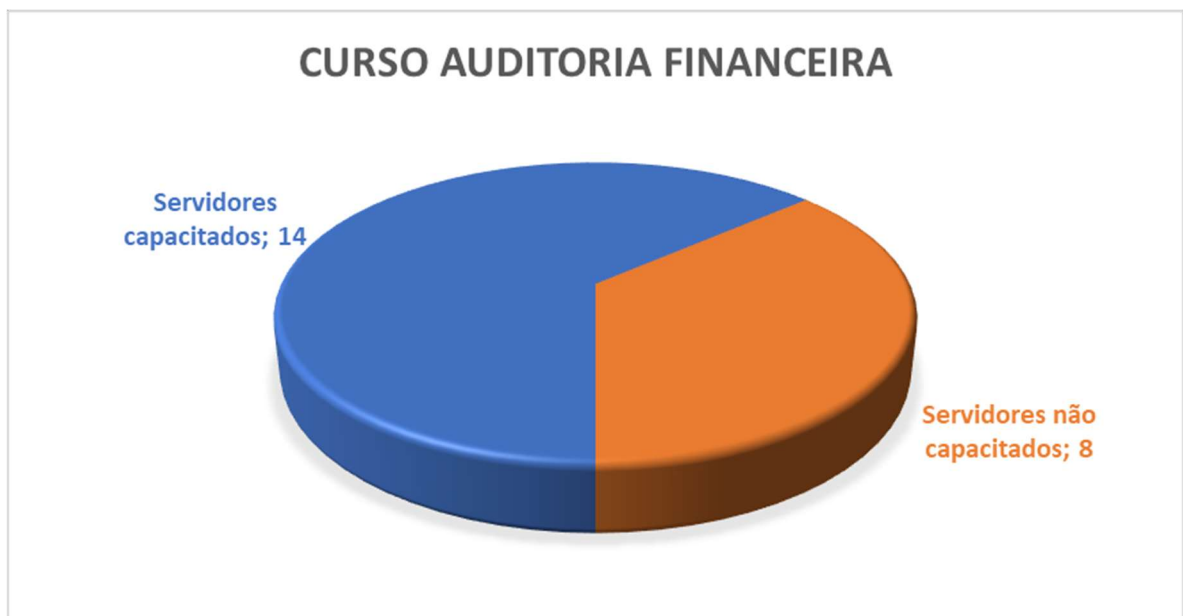
Atendendo as diretrizes acima mencionadas, foram identificadas e realizadas por meio do PAC-Aud deste Regional as seguintes ações de treinamento destinadas à capacitação dos servidores da CAU, no decorrer do exercício de 2022:

Tabela 1 – Ações de Treinamento realizadas no PAC-Aud 2022 da CAU

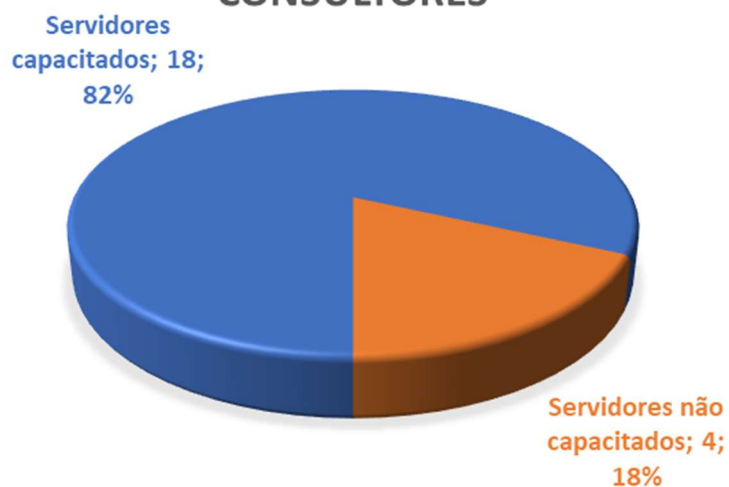
EVENTO/TREINAMENTO	QUANTITATIVO DE SERVIDORES CAPACITADOS	CARGA HORÁRIA DO EVENTO/TREINAMENTO
Auditoria Financeira	14	24
Auditores internos como consultores	18	12
42º CONBRAI	13	16
Total	45	52

Verifica-se, pois, referentemente às ações de capacitação ofertadas em 2022 aos servidores lotados na auditoria interna, conforme Tabela 1 acima e gráficos 1, 2 e 3 abaixo, a realização de 03 eventos/treinamentos de capacitação realizados com total de 52 horas de capacitação disponibilizadas. Desta forma, garantiu-se a oferta de um mínimo de 40 (quarenta) horas de capacitação aos auditores, conforme previsto pelo Estatuto.

Gráficos 1, 2 e 3: Número de Servidores capacitados pela CAU x Cursos Oferecidos pela CAU/PAC 2022



CURSO AUDITORES INTERNOS COMO CONSULTORES

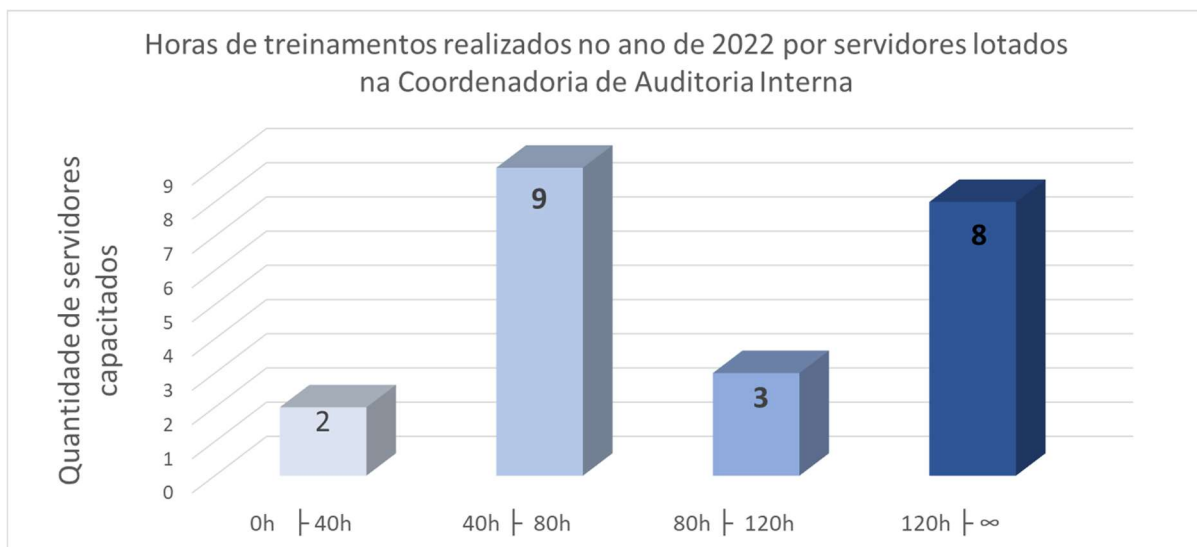


42º CONBRAI



Considerando-se, ainda, todas as ações de treinamento (internas e externas) averbadas pelos servidores junto ao TRE-MG, conforme prescrito pelo § 5.º do art. 9.º do Estatuto, a soma total de horas expendidas em treinamento resultou em 2560 horas, com média por servidor treinado de 116 horas, conforme se observa no Gráfico 4 abaixo.

Gráfico 4: Horas de treinamentos (internos e externos) realizados por Servidor/CAU x Carga Horária de Cursos Averbados em 2022



[Voltar para sumário](#)

Programa de Avaliação de Qualidade da Auditoria Interna (PQ – AUD)

Por meio da publicação da Resolução n.º 1.201, de 18/2/2022, instituiu-se o Programa de Avaliação de Qualidade da Auditoria Interna – PQ-AUD – deste TRE-MG.

O programa contempla as atividades de auditoria interna realizadas pela CAU desde o planejamento até o monitoramento das recomendações.

O controle de qualidade das auditorias visa à melhoria da qualidade em termos de aderência às normas, ao Código de Ética e aos padrões definidos, reduzindo o tempo de tramitação dos processos de auditoria, diminuindo o refazer de trabalhos e aumentando a eficácia e a efetividade das propostas de encaminhamento.

O PQ-AUD prevê avaliações internas e externas, visando aferir a qualidade e identificar as oportunidades de melhoria.

As avaliações internas de qualidade envolvem duas partes: a avaliação contínua (aplicada ao final de cada trabalho) e a

avaliação periódica (conduzida a cada ano não eleitoral), tendo essa última a sua primeira versão prevista para 2023.

As avaliações externas ocorrerão preferencialmente a cada ciclo do planejamento estratégico, atualmente PETRE 2021-2026 deste TRE-MG.

Em 2022, as primeiras avaliações contínuas foram realizadas por trabalho de avaliação (assurance) finalizado, previsto no PAA 2022, e objetivaram verificar a eficiência dos processos de auditoria, incluindo o planejamento, a execução, a supervisão, a comunicação dos resultados, o monitoramento e a interação com os auditados, de forma a identificar possíveis oportunidades de aprimoramento.

Tabela 2 – Relação de PQ-AUD 's da CAU

Relatório Entregue	Ação de Auditoria	SEI
2022	11.1 Avaliação da governança institucional do TRE-MG	<u>0008431-44.2022.6.13.8000</u>
2022	13.1 Auditoria Integrada TSE – Exercício 2021: Auditoria nas Contas Anuais	<u>0008428-89.2022.6.13.8000</u>
2022	13.3 Auditoria Integrada TSE – Gestão de Segurança da Informação.	<u>0013800-19.2022.6.13.8000</u>
2022	Auditoria de Pagamentos de Indenização de Transporte por cumprimento de mandados e Realização de diligências por Oficiais de Justiça e Fiscais Ad Hoc.	<u>0017537-30.2022.6.13.8000</u>
2022	Auditoria de Levantamento de Riscos relacionados às atividades de concessão de direitos e pagamento de salário e benefícios a servidores e ex-servidores do TRE-MG.	<u>0001070-39.2023.6.13.8000</u>

Encontra-se em fase de implementação a estruturação e a mensuração dos resultados por meio da disponibilização de formulários eletrônicos a serem aplicados e aguarda-se para 2023 a finalização das melhorias, gerando a automação do processo e a consequente publicação dos resultados obtidos e do desempenho da auditoria interna, inseridos no Project, com a utilização do Microsoft PowerBi.

Pontue-se, finalmente, que a publicação das Resoluções TRE-MG n.º [1.157/2020](#), que define o Estatuto de Auditoria Interna no âmbito do TRE-MG, e a Resolução TRE-MG n.º [1.158/2020](#), que define o Código de Ética da unidade de Auditoria Interna do TRE-MG, significaram importante evolução na estruturação da auditoria interna deste Regional Eleitoral. Em 2022, houve a instituição do PQ-AUD do TRE-MG, com potencial de alavancar os resultados da unidade. Some-se a isso o aprimoramento buscado na elaboração do planejamento anual dos trabalhos com base em risco e a implantação do Plano de Ação da CAU no Sharepoint deste Regional.

Destaque-se, assim, que a auditoria interna tem consciência dos desafios a serem enfrentados no aperfeiçoamento dos seus processos de trabalho e vem promovendo melhorias no processo de auditoria interna que, certamente, refletirão positivamente no resultado quantitativo e qualitativo das auditorias realizadas.

RENATA COUTO LESSA LIMA
Coordenadora de Auditoria Interna



Documento assinado eletronicamente por **RENATA COUTO LESSA LIMA**,
Coordenador(a), em 11/07/2023, às 20:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei
11.419/2006.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.tre-mg.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir& informando o código verificador **4297659** e o código CRC **72BDDEEE**.

0011445-02.2023.6.13.8000

4297659v1

Criado por 082674130221, versão 232 por 082674130221 em 11/07/2023 19:55:54.